

A INSTRUÇÃO PÚBLICA E INSTITUIÇÕES ESCOLARES SEGUNDO OS RELATÓRIOS DOS PRESIDENTES DA PROVÍNCIA DE SÃO PAULO (1835-1889): CONSIDERAÇÕES PONTUAIS

P. Manoel Isaú (org.) 1

RESUMO:

Sendo raras as fontes relativas à instrução pública e às instituições escolares, fazemos algumas considerações pontuais sobre os Relatórios dos Presidentes da Província de S. Paulo, entre 1835 a 1889, extraindo as informações neles a seu respeito. É possível detectar o progresso verificado na instrução pública na Província de S. Paulo especialmente nos últimos anos do Governo Imperial. A entrada de imigrantes, talvez, forçasse as autoridades a cuidar mais para atender as necessidades destes e, ao mesmo tempo, mostrar uma imagem positiva perante os países de onde eles procediam. O aumento das rendas do café podia financiar o investimento nas escolas na remuneração dos professores. O exemplo europeu de investir pesadamente na instrução primária repercutiu no Brasil. Os curtos exercícios do múnus presidencial geravam instabilidade administrativa e uma programação incoerente, pouco efetiva da atividade escolar. Destacavam-se na formação de professores a Escola Normal e o Seminário Episcopal. De 1838 a 1863, houve um crescimento de mais de 100% do número de cadeiras e perto de 100% de alunos. As despesas cresceram aproximadamente quase 24 vezes. As queixas eram freqüentes, referindo-se à fiscalização deficiente e parcial das Câmaras Municipais, o que facilitava a impunidade; aos salários insuficientes, à formação de diretores e professores habilitados, falta de organização dos programas escolares e de compêndios, de prédios próprios, instalações e de objetos escolares. As preocupações governamentais estavam longe do empenho dos europeus, provocando denúncia grave de Rui Barbosa, que chamava de "ignorância nacional e inconsciência geral ... que afogava o espírito do povo", levando-o à "servilidade e à miséria".

Palavras-chave: Educação no Império, instrução primária, instituições escolares.

THE PUBLIC INSTRUCTION AND SCHOOL INSTITUTIONS ACCORDING TO REPORTS OF THE PRESIDENTS OF THE PROVINCE OF SÃO PAULO (1835-1889)

ABSTRACT:

Because there is a scarcity of sources about public education and school institutions, we present some insights about the presidents' reports of the Province of São Paulo, in Brazil, during the period 1835-1889. From these data, is possible to recognize the public instruction advancement in this Province, especially on Monarchy's latest years. The entrance of immigrants maybe stimulated the authorities to attend their necessities and, at the same time, show a positive image to the countries they came from. The increase in coffee's income could finance the investment in schools and in salaries for teachers. The European example of heavy investment in the elementary education impacted in Brazil. The short presidential periods caused administrative instability and incoherent planning, not much effective for schooling activity. The Escola Normal and the Seminario Espiscopal played an important role in the teacher's formation. From 1838 to 1863, there was a growth rate of more than a 100% regarding the number of teachers. The students went up to 10000. The expenses rose nearly 24 times. The complaints were frequent, regarding partial fiscal control by local authorities: impunity, low salaries, the formation of directors and teachers qualified; necessity of organization of school programs and textbooks; buildings' ownership; equipment and school materials. The governmental concern was far from the European engagement, motivating a severe complaint by Rui Barbosa who stated that "national ignorance and general unconsciousness..."

Key-words: Education in Monarchic Brazil, primary instruction, schools institutions .

1 Manoel Isaú, Doutor em Educação pela Universidade de S. Paulo, professor do Mestrado em Educação do Centro UNISAL, u.e. de Americana, SP.

Introdução

Dentro dos objetivos de resgatar a história documental de nossa historiografia educacional, e assim contribuir com os estudiosos das instituições escolares, apresentamos documentos originais extraídos dos Relatórios dos Presidentes da Província de S. Paulo, na época do Império. Os textos são mantidos segundo a ortografia usada.

Julgamos que o material apresentado, raro, constitui uma fonte muito fértil para os estudos da história da educação, segundo as fontes oficiais, pois se trata de relatórios apresentados em cada término de governo de um presidente, nome que corresponde ao de governador. Os presidentes eram nomeados pelo Imperador e seu mandato durava no máximo dois anos, espaço temporal demasiado curto que provocava instabilidade na administração das Províncias, com reflexo bastante negativo na obra educativa do País e nas Províncias, como se defere das numerosas lamentações existentes nos próprios relatórios.

Não temos dos seis primeiros presidentes, o que representa uma lacuna de dados entre 1922 a 1935. Estes textos os possuímos graças ao trabalho precioso de Eugênio Egas, que foi Inspetor do Ensino das décadas de vinte e trinta, nome muito conhecido na esfera governamental da época. Sua intimidade com o Governo certamente lhe valeu para ter acesso às fontes oficiais.

Assim escrevia Eugênio Egas ²:

O cenário da nossa vida política e social era pequeno e acanhado pelos meios materiais que as províncias e também o Brasil dispunham; mas a visão dos nossos estadistas e homens de governo era larga e aguda, pelos seus talentos e ilustração. Nota-se desde os tempos primitivos da separação luso-brasileira um grande desejo de progresso e não menor ânsia de liberdades públicas.

Dizia ainda o autor que a instrução pública, a força de polícia, a iluminação e calçamento da Capital, a luta contra todos os males, em geral, foram preocupação constante. Especifica as “três grandes pragas que afligiram grandemente: a Província: a ³varíola, a febre amarela e a lepra”. Dizia ele, em 1922, que as duas primeiras foram vencidas.

Aqui preocupamos em examinar as principais dificuldades reveladas nos relatórios da Província de São Paulo. *A instrução primária, os socorros públicos e os estabelecimentos de caridade mereciam a melhor atenção por serem elementos de civilização. A instrução primária, os socorros públicos e os estabelecimentos de caridade mereciam a melhor atenção por serem elementos de civilização*

¹ Manoel Isaú, Doutor em Educação pela Universidade de S. Paulo, professor do Mestrado em Educação do Centro UNISALL, u.e. de Americana, SP.

² Eugênio Egas. *Galeria dos Presidentes de S. Paulo: período monárquico (1822 – 1889)*. Publicação oficial do Estado de S. Paulo, comemorativa do 1^o Centenário da Independência do Brasil. V. 1. São Paulo: Secção de Obras d’ O Estado de S. Paulo, 1926. As páginas entre parênteses são do texto original. O autor apresenta relatórios a partir do 7^o presidente.

³ Id., op.cit., “Ao leitor”.

1. Metodologia

Usaremos dos dados do próprio contexto histórico contido nos relatórios, que, aliás, são bastante ricos de informações quanto a situação escolar da época. Ou seja, os dados

contidos neste trabalho foram extraídos dos próprios relatórios e analisados segundo os mesmos dados dos relatórios para que a nossa interpretação não sofra distorção conceitual, história e social. Fá-lo-emos para que essas considerações se apresentem o mais possível fiel aos relatores.

Não utilizaremos outros dados, como segurança pública, fazenda pública, estradas, colonização etc.

1. O ensino primário no mundo europeu

Portugal, já no século XVII, sonhava sair de sua pequenez geográfica e de sua raquitismo político no contexto europeu, projetando a fundação de um império no Brasil. O estabelecimento da Corte Real portuguesa no Rio de Janeiro foi o início da realização desse projeto, marcando desde então o início da independência política do Brasil. O Brasil contava com uma população superior a três milhões de habitantes, dos quais um terço de homens livres ou libertos, ou seja, “cidadãos”.⁴ A ideologia dominante era o liberalismo e, sob ela, nascia o Estado Brasileiro, sob o nome de Império Brasileiro.

O Marquês de Pombal, tentando “libertar” “o ensino e a cultura de Portugal da austeridade apostólica e do aristotelismo medieval”,⁵ jogou-se nos braços da Ilustração Francesa, introduzindo suas idéias na vida política e na prática educativa de nosso ensino, especialmente do ensino superior, destinado às novas elites dirigentes, realizando numa década o que o Brasil não obtivera em três séculos de colonização. Implantou-se um ecletismo (mistura de deísmo e liberalismo político) para justificar e racionalizar os interesses da burguesia e evitar os excessos dos revolucionários e/ou reacionários.

Segundo Clovis Bevilacqua, esta filosofia criou raízes extensas e profundas na alma brasileira, e podemos acrescentar, essa filosofia continua enraizada até nos dias de hoje, quase em todos os setores da sociedade.⁶ O ecletismo haveria de imbuir a Constituinte de 1823 e a primeira Constituição brasileira. A Constituição brasileira de 11 de outubro de 1823, art. 179, estabelecia que a instrução primária era gratuita para todos os cidadãos e nada mais. A partir da lei de 15 de outubro de 1827, o ensino primário foi transformado com a criação das escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugarejos do país e instituído o Método de Lancaster. Em 1826, foi implantada em cada convento do Brasil uma escola para meninos e em cada casa de religiosas uma escola para meninas, uma verdadeira revolução para a época,⁷ já que desde a era colonial tal interesse era ignorado.

É digno de nota, que já, em 1819, a Prússia se avantajava às nações de mundo tornando o ensino primário obrigatório. Fazia severa e constante inspeção às escolas e aos professores, por meio das comissões locais e por outras autoridades, o que talvez foi a “causa eficaz” do ensino prussiano. Mas é a década de trinta do século XIX em que, nos demais países europeus, foi estabelecida essa obrigatoriedade. A Holanda era o país do ensino mais eficaz e dirigida inspeção escolar. Na Dinamarca a frequência era obrigatória e a direção do ensino primário pertencia ao clero protestante.⁸ Os Estados Unidos já organizavam o próprio ensino primário.

⁴ Sergio Buarque de Holanda (org.), *O Brasil Monárquico: o processo de emancipação*, p. 157-178.

⁵ Id., op. cit., p. 180.

⁶ Id., op. cit., p. 182.

⁷ José Antonio Tobias, *História da Educação Brasileira*, 2^a ed. São Paulo: Juriscredi Ltda, p. 203-204.

Aqui nos reduzimos a viajar pelas fontes documentais, relativas à Província (hoje Estado) de São Paulo. Para os interessados na história educacional do País, veja ALMEIDA, *Instrução*

⁹
Pública (1500-1889): história e legislação no Império.

2 A Cidade e a Província de São Paulo.

A cidade de São Paulo contava em 1820 aproximadamente com 20.000 habitantes. “Os recursos da região”, escreve o brasilianista Richard Morse,¹⁰ ainda sustentavam pouco mais que uma economia de subsistência e portanto impediam que a cidade alcançasse o cosmopolitismo do rio de Janeiro, Salvador ou Recife”. Era chamada de “comunidade”, mais pelos padrões de relações humanas de seus habitantes.

A população da Província de S. Paulo, segundo os Relatórios, em 1828, era de 281.175 habitantes. Os meios de aumentar a população eram a colonização estrangeira e a catequese dos índios. O processo, porém, com que se tratavam aqueles dois meios de aumento populacional não era o melhor: os estrangeiros deviam ser atraídos por certas garantias, segurança individual, isenção de impostos, transações comerciais e outras, afim de que nos procurassem espontaneamente; não só eles, mas também os indígenas...

Em 1936, já alcançava de 307.245 habitantes

Em 1839, circulou o livro *Ensaio dum Quadro Estatístico*, que foi bem acolhido apesar de muito incompleto. Algumas cidades apresentavam os seguintes dados (p. 165):¹¹

Porto Feliz: 2.226 homens, 2.682 mulheres; 4.165 escravos

S. Roque: 2.282 homens; 2.430 mulheres; 1.188 escravos

Villa Bella Princesa (Ilha Bela): 1.830 homens; 1.763 mulheres; 2.131 escravos

Capivary: 600 homens; 733 mulheres; 1.406 escravos

Villa do Príncipe: 2.634 homens; 2.660 mulheres; 1.676 escravos.

Em 1851, já chegava a 507.989 habitantes.

Entre os itens mais realçados, nos relatórios, aparece a preocupação pela tranquilidade pública.

⁸
Paulino José Soares de Souza, Notas de Estatística do ministro Paulino José Soares de Souza, in Moacyr Primitivo, A instrução e as províncias, vol. 2, p. 542.553.554. Em 1850, na Prússia, era raro encontrar o menino sem receber o ensino primário

⁹
José Ricardo Pires de Almeida, *Instrução Pública no Brasil (1550-1889): história e legislação*, tradução de Antonio Chizzotti, São Paulo: Educ/Compe/INEP, 2000. A obra mais completa em fontes documentais é ainda a de Primitivo Moacyr., que abarca todo o Império e República até 1924.

¹⁰
MORSE, Richard M., *Formação história de São Paulo (de comunidade à metrópole)*, São Paulo, Difusão Européia do Livro. 1870. – (Corpo e Alma do Brasil, XXX), p. 54.

¹¹
Eugênio Egas, op. cit., p. 205.

3. O sentido de alguns termos usados nos textos

O que de interessante notamos, é o uso freqüente das palavras “instrução”, “ensino”, “ensinar”. A palavra *educação* já aparecia, em 1927, quando se fundou o Seminário da Glória, destinado “à educação das órfãs pobres”, em que se afirmava existirem 29 “educandas”, que recebiam instrução primária. Foi ainda criada “uma casa de educação” anexa à capela de N. S. Aparecida de Guaratinguetá e por ela sustentada. Em Aparecida havia outra casa de educandas. Pelo que se depreende dos textos, por educação se entendiam o atendimento e o cuidado desses (as) que transcendiam instrução primária elementar. Confirma-o a lei de 936 em que aparece a seguinte determinação: “Serão educados na

Fazenda Normal os meninos de nascimento livre, de 7 anos de idade, órfãos de pai, não tendo parente que se obrigue a dar-lhes igual educação”. Educação é encargo da família. A *Fazenda Normal* tem por objetivo supri-la em sua ausência e carência.

Parece concordar o sentido da palavra *educação* e suas derivadas com o que encontramos num escrito de Pe. Simão Vasconcelos, que, falando dos índios, dizia ter obtido “por sua autoridade e ajudado pela língua eloqüente de seus companheiros, que se lhes confiassem seus filhos porque desejava conduzi-los para o litoral e educá-los no meio dos portugueses, ensinando-lhes as coisas da fé” (ALMEIDA, 2000:27).

Por *instrução* se entendia o ensino das primeiras letras e da doutrina cristã e, para as meninas, também da *indústria rústica e domestica própria* do sexo.

Também a palavra *seminário* não se referia apenas ao internato de candidatos ao sacerdócio, mas também a uma instituição de acolhimento e de educação a pobres órfãos (órfãs). O mesmo ALMEIDA (2000:27-28) já mostrava um outro sentido dessa palavra, já no século XVI, quando afirmava: “... o padre os conduziu em grande número, como cordeiros, à casa de São Vicente onde, com os mestiços de localidade a alguns órfãos vindos de Portugal, formou um seminário, onde lhes ensinava a falar português, a ler e escrever depois o latim aos mais hábeis; a acima de tudo os bons costumes e a doutrina cristã”. E em algumas linhas abaixo, acrescentava: “A escola de São Vicente é, pois, o berço da instrução primária do Brasil e a glória de sua fundação, incontestavelmente, ao pe. Leonardo Nunes”.

Significativo nos parece o estabelecimento das primeiras prioridades governamentais e o seu objetivo, como se depreende deste texto do relatório do 6^o Presidente: “A instrução primária, os socorros públicos e os estabelecimentos de caridade mereciam a melhor atenção por serem elementos de civilização”. Aqui aparece a importância da instrução primária no processo civilizador.

4. Os presidentes da Província

Dos presidentes provinciais de São Paulo, 45 eram bacharéis em ciências jurídicas e sociais, sete militares e quatro médicos. Alguns exerceram o mandato até por menos de um ano. Dois por dois anos, três por três anos e os restantes (a maioria) por um ano aproximadamente. A duração curta do mandato contribuiu muito pouco para o desenvolvimento da Província de maneira estável. Eram indicados pelo Imperador. Dá impressão de ser um degrau para senador do Império ou par alcançar títulos nobiliárquicos.

5. Legislação escolar

A legislação escolar preocupa-se primordialmente com a agricultura, a ecologia, o que se justifica em se tratando de um país novo, em que tudo dependia da agricultura. Mas já havia a preocupação, não apenas da coleta, mas da melhoria e aclimação de todas as plantas úteis e já de plantação de matas para uso público. O documento menciona a Fazenda Normal, onde seriam “educados” os meninos de nascimento livre, a partir dos sete anos, órfãos de pais

Esta preocupação aparece logo na primeira legislação elaborada em 1836, como se depreende do texto oficial:

“O presidente fará estabelecer não longe da capital uma Fazenda Normal de Agricultura que tenha por objeto:

1^o, recolher, melhorar, aclimatar e distribuir pela província todas as plantas de utilidade conhecida tanto indígenas como exóticas e igualmente as melhores raças de animais domésticos;

- 2^o, ensaiar, aperfeiçoar e praticar os melhores métodos de agricultura e de fabricação rústica;
 - 3^o, fabricar todos os instrumentos e máquinas úteis á agricultura e manufaturação rústica; bem como todos os objetos em uso na economia doméstica do campo;
 - 4^o, ensinar as primeiras letras, doutrina cristã, os deveres de cidadão, noções de geometria, de mecânica, de química aplicada ás artes, noções de botânica e regras praticas de agricultura;
 - 5^o, plantar matas de construção que no futuro hajam de servir ao uso publico.
- Serão educados na Fazenda Normal os meninos de nascimento livre, de 7 anos de idade, órfãos de pai, não tendo parente que se obrigue a dar-lhes igual educação. Haverá alunos pensionistas que paguem mensalmente o que for fixado em compensação do alimento e ensino. Também serão admitidos adultos contratados para aprenderem qualquer ofício. Os órfãos serão obrigados a trabalhar na Fazenda até 21 anos de idade e a indeniza-la com o seu trabalho do valor da pensão e mais 25% para o que na sua entrada lhes abrirá conta. Os pensionistas podem se retirar quando os pais ou tutores quiserem, contanto que tenham pago o que nela estiverem devendo. Quando o estado da Fazenda permitir *serão admitidas meninas*, sob as mesmas condições dos meninos. As meninas só aprenderão as primeiras letras, doutrina cristã e *industria rústica e domestica própria* do sexo. Os colégios de meninos e meninas existentes na capital serão reunidos a este estabelecimento. Neste mesmo ano de 1836 foi promulgada ainda uma lei sobre o ensino. Os professores de primeiras letras poderão castigar moderadamente Os seus discípulos, quando as penas morais forem ineficazes.¹²

Já o relatório do primeiro presidente o reconheceu e logo providenciou a fundação da biblioteca pública de São Paulo, do Seminário da Glória, para a educação das meninas pobres, da roda dos Expostos, anexa a Santa Casa de Misericórdia (1825) e a restauração do Jardim Público da Luz (1827). Havia nesse ano, 65 escolas primárias, das quais só 28 providas. Em 1832, este número se elevou para 74, mas só 31 providas.com frequência de frequência atingia 1.134 meninos e 107 meninas, dez aulas de latim,sendo apenas 5 providas com 63 alunos, sem contar os de Itu e de Taubaté.. As escolas da Capital funcionavam regularmente. No interior, faltavam professores idôneos.

¹² MOACYR, Primitivo, *A instrução e as províncias: Subsídios para a Hisstória da Educação no Brasil*(1835-1889, 2^o vol.São Paulo: Nacional, 1939, p. 311- 312. Os relatórios de presidentes da província encontrados no Arquivo Nacional são em numero reduzido: dos 15 que devíamos compulsar, só encontramos 8. Os quatro primeiros não existem (1835-1838)". Acrescenta Moacyr: "Os relatorios de presidentes da provincia encontrados no Arquivo Nacional são em numero reduzido: dos 15 que devíamos compulsar, só encontramos 8. Os quatro primeiros não existem (1835-1838)".

Para civilizar os indígenas, o governo usava a catequese, cuja pasta era chefiada por um militar. O brigadeiro Raphael Tobias era de parecer que se fizesse do índio homem social, primeiro, e depois religioso; e que se lhe incutisse o amor ao trabalho para que dele vivesse e não à custa do governo ou de esmolas, mas reconhecia que este trabalho estava decadente. Em 1874, destacavam-se alguns *Regulamentos* quais:

- 1^o – Do Instituto de Educandos Artífices, para pleno comprimento da lei n^o. 26 de julho de 1869, arts. 6^o a 9^o.
- 2^o – Regulamento interno para melhor execução do precedente. É datado de 25 de julho último.
- 3^o . – Para a Escola Normal, de 9 de maio de 1874 em observância ao art. 16 da Lei n^o. 9 de 2 de março desse ano.
- 4^o – Para o ensino primário obrigatório, de 5 de junho do ano passado (p. 495).

“Entre as obras realizadas na capital destaca-se o **grande edifício** que, em virtude da lei, mandei construir para a **Escola Normal** e Instrução Pública, situado entre as ruas da Imperatriz, do Comércio e do Palácio”.¹³

As rendas não bastavam para as despesas. S. Paulo tinha promessa de ser socorrido

¹⁴
pelo Tesouro Nacional.

6. Instituições escolares

Destacamos aqui apenas as que aparecem nos relatórios.

6.1 Seminário das Educandas, depois, Seminário da Glória.

Fundado na Capital paulista, em 1825, por Lucas Antônio Monteiro de Barros, Visconde de Congonhas, sustentado pela Província, sempre lutou com dificuldades, mal administrado, com recursos insuficientes e mal instalado. As meninas, quando moças, deveriam retirar-se para dar lugar a outras. Muitas delas eram órfãs desvalidas. Elas retiravam-se com algum preparo, sem poder dedicar-se a outros trabalhos senão aos domésticos. Reconhecia-se a necessidade de reformar a organização do Seminário no sentido de terem as moças retirantes meio de ganhar a vida, de modo honesto e independente. No magistério público ou particular, elas poderiam encontrar profissão decente, mas para isso era preciso dar-se-lhe a necessária educação.¹⁵ De fato, os cursos ministrados incluíam leitura, caligrafia, quatro operações aritméticas, português, e princípios de moral e religião católica, arte, culinária, bordado, engomado, música e dança. Às vezes era necessário o fornecimento até de roupas, como o fez o presidente Cândido Borges Monteiro, que, para isso, deu 1:620\$200 réis.

Em 1847, passaram elas a ter o curso de normalistas com exercício no magistério. O número legal era de 100 educandas. Achavam-se recolhidas e mal acomodadas 52; existindo uma de 28 anos; uma de 22 anos e outra de 21, sendo as demais de 19 até 6 anos.

A mulher devia ser educada, segundo o relatório¹⁶, sabendo defender a sua honra e o decoro de seu sexo, quer constituindo família, quer governando sua pessoa, e disso estavam convencidas as respeitáveis irmãs de S. José, que dirigiam o estabelecimento e eram professoras idôneas e preparadas.

Entre 1869 e 1870, o presidente Antonio Cândido da Rocha pedia a criação de uma enfermaria convenientemente montada, porquanto não podia continuar o sistema de ficarem as doentes, no próprio dormitório comum, por ofensivo ao pudor das enfermas e incômodo às companheiras de quarto.

Por lei provincial de 10 de abril de 1870, o Seminário das Educandas ou da Glória, foi confiado às Irmãs de São José, sob a direção da Madre Superiora Anna Felicité Del Carreto, e seu progresso em ordem e asseio foi imediato. Eram 61 educandas gratuitas e 13 pensionistas, pagando estas 20\$000 réis por mês.

Eram, em 1874, 100 alunas, das quais 33 atacadas de varíola, tendo falecido três. O prédio recebeu iluminação a gás. O presidente pensava que, apesar do grande melhoramento, na direção e educação, alcançada pelas irmãs de S. José, o Seminário devia ser extinto, não se lhe preenchendo as vagas que ocorressem. Fundamentava o seu pensamento na falta de uma educação profissional adequada, e no fato de saírem as educandas sem habilitações necessárias para ter na sociedade posição condigna e garantida. O Seminário, durante a administração do presidente, não dera saída a qualquer educanda, pelo casamento, magistério, ou qualquer ocupação lícita industrial, que contribuísse para provar a sua utilidade.

¹³ Augênio Egas, op. cit., p. 500.

¹⁴ Augênio Egas, op. cit., p. 50.

¹⁵ Op. cit., p. 401.

¹⁶ Op. cit., p. 8

O presidente julgava que, extinto o Seminário das Educandas, a província poderia desenvolver o novo Instituto de Artífices, cujos alunos encontrariam nas indústrias aprendidas, meios seguros de futura existência.

Em 1874, cinco educandas achavam-se habilitadas para o magistério e duas casaram-se. O presidente Theodoro Xavier de Matos (1:100\$000), com o intuito de melhorar o futuro das educandas, contratou um professor de piano e canto, assinalando o fato de ser notável para elas a música.

O presidente julgava que, extinto o Seminário das Educandas, a província poderia desenvolver o novo Instituto de Artífices, cujos alunos encontrariam nas indústrias aprendidas, meios seguros de futura existência. No ano seguinte, foi autorizada a matrícula na Escola Normal das educandas que estivessem em condições legais.

6.2..Seminário de Educandos (de Santana) e de Itu eram sustentados pela província

Os Seminários de Sant'Ana (masculino), da Glória (feminino) e os do interior visavam educar a infância e os jovens chamados, na época, de “desvalidos”. Problemática era a situação do feminino, especialmente quando algumas das jovens especialmente das que continuavam internadas, apesar de ter completado os estudos, tomando o lugar das outras que precisavam entrar. Essa dificuldade permaneceu por muito tempo. Era intenção do Governo Provincial anexá-los à Fazenda Normal, conforme a Lei de 1835.

Em 1835, já havia 35 escolas particulares, que eram freqüentadas por 837 alunos.

. Em 1839, entretanto, pensionistas que pagavam a pensão anual de 6\$400, dois de 4\$800 e um de 3\$200. “Eram mal dirigidos e pobres de objetos mais indispensáveis ao uso doméstico e à instrução”. Em 1840, contava com 21 rapazes. Nem sempre a dotação provincial recebia era suficiente para as despesas, que eram cobertas pelo apoio público, chegando muitas vezes a estado de indigência..Inicialmente, o diretor era também mestre, pois os dois seminários contavam apenas com 22 alunos. Os rapazes, logo que tinham “concluídos os estudos elementares, poderiam ser remetidos para o Arsenal Doda Corte (Rio de Janeiro) ou para Fábrica de Ferro de Ipanema, sendo obrigados a trabalhar para a Nação durante certo tempo, afim de indenizarem as despesas com eles feitas).¹⁷

Depois de 1857, os alunos aplicavam-se com algum proveito ao estudo das primeiras letras, princípios da doutrina cristã e aos hábitos de moralidade, de modo que, devidos ao zelo do diretor, o fizeram procurados por caixeiros. Em 1862, nele funcionava uma pequena oficina de alfaiataria. Em 1865, os alunos aprendiam ofícios mecânicos e artes, tendo sido convertido em instituição de aprendizes menores, idéia do presidente conselheiro Vicente Pires da Motta e regulamentada pelo presidente Francisco Ignácio Marcondes Homem de Melo, tendo então 30 alunos internos e oito externos.

Em Itu, também havia os dois. Era confiado a Frei Ignácio de S. Justina, com idade bastante avançada com achaques o que impedia de continuar à frente desta casa de ensino, e contava com 15 alunos. De 6 a 13 anos. O do sexo feminino, com 8 educandos, era dirigido pelo Padre Elias do Monte Carmelo.

Em 1855, já se haviam criadas algumas oficinas, nas quais eles aprendiam alguma arte que lhes daria, ao sair do instituto, os meios de subsistência. Os relatórios estão prenhes de reclamações contra a falta de meios essenciais de subsistência, já que as dotações orçamentárias eram insuficientes, vivendo assim os internos em estado quase de penúria.

Em 1857, encontrava-se na direção da instituição o tenente coronel Bento José de Moraes. O relatório dizia que os educandos se aplicavam “aos estudos com algum proveito ao estudo das primeiras letras, e os hábitos de moralidade que adquiriram, devidos sem dúvida ao zelo do diretor, os fizeram procurados por caixeiros.”¹⁸ Funcionava a alfaiataria pela aprendizagem dos alunos. Em 1862, era diretor o Pe. João Baptista de Oliveira, que melhorou muito a

escola.

6.3 Instituto de Educandos Artífices. Em 1865, foi convertido em **Instituto de Educandos Artífices**. A idéia da conversão e escola de aprendizes se deveu ao Conselheiro Pires da Mota e o novo regulamento ao Presidente Homem de Melo e o número de alunos subiu para 32. O corpo dirigente da escola constava do diretor, capelão, medido, professor, mestre alfaiate, serventes, o que custava 12:520\$000 réis, em 1867.

Criado por lei provincial n.º 26 de 5 de julho de 1869, foi expedido em 3 de janeiro de 1874 regulamento para sua execução. Seu diretor, o coronel Nuno Luiz Bellegarde, dera vigoroso impulso à instituição. Funcionava em três prédios situados nas proximidades da rua do Gazômetro, alugados a 230\$000 rs semanais, os três. A instalação do Instituto dera-se no dia 24 de junho de 1874. O seu pessoal era de 20 empregados.

Funcionavam duas oficinas: - alfaiataria e marcenaria; as aulas eram de primeiras letras, catecismo, música instrumental e ginástica, com 60 alunos, que logo chegariam a 100.

O Instituto era ainda dirigido, 1875, pelo coronel Nuno Luiz Bellegarde. O senador Francisco de Souza Queiroz ia fundar estabelecimento idêntico com legados deixados pela finada D. Anna Rosa. O presidente recebera proposta por intermédio do conselheiro João da Silva Carrão para fundir o Instituto de Educandos com a da projetada fundação. O presidente apresentou a proposta à assembléia com parecer favorável.

Funcionavam, nele, o ensino primário, escola de música e de desenho e as oficinas de alfaiataria, marcenaria e encadernação. A lotação do Instituto era de 100 alunos.

¹⁷ Op. citl, p. 80-81,

¹⁸ Op. cit., p. 264.

Em 1879, eram 81 educandos. Exigia-se a idade de 14 anos completos e não podiam os alunos sair com menos de três anos de internação. O presidente da Província, Laurindo Abelardo de Brito (1879-1881) propunha que se acabasse com essa exigência, uma vez que o menor tivesse quem o pudesse encaminhar e assegurar-lhe o futuro e propunha ainda que o instituto se transformasse em escola agrícola ou colônia.

Mas havia reclamações porque o prédio se achava em estado ruinoso, sendo insuficiente para acomodação dos alunos e empregados, forçando o diretor a residir fora dele, o que era contrário ao regulamento. Frequentava a escola de música 74 alunos, dos quais 32 formavam a banda marcial. Funcionavam as oficinas de alfaiate, encadernação, marcenaria e sapataria.

6.4 Instituto D. Anna Rosa.

Sendo os estatutos aprovados em 4 de janeiro de 1874, fundara-se o Instituto d. Anna Rosa, com o legado de réis 60:000\$000 deixado para tal fim pela sra. D. Anna Rosa. Era dirigido por uma associação, chamada Associação Protetora da Infância Desvalida. Seu testamenteiro o barão de Souza Queiroz, pôs em prática a fundação desse novo Instituto, para o qual obteve donativos que muito aumentaram o legado inicial

Funcionava no Convento do Carmo. Era frequentado por 102 alunos, em 1888. Mantinha varias oficinas e projetava a instalação de outras. Até 1889, ministrou ensino a 629 alunos.

Mantinha oficinas de ferreiro e serralheiro, carpintaria e litografia, cordas de algodão e sacos de papel; alfaiataria, sapataria, funilaria, carpintaria, pedreiros, pintores e maquinistas; estes praticavam em duas máquinas existentes no Instituto para o benefício de café e arroz. Os alunos encontravam boa colocação, quando saíam do Instituto.

6.5 Companhia de Aprendizes Marinheiros.

Em 1877, aparece, em Santos, a escola de Aprendizes Marinheiros, criada pelo decreto 4.112, de 28 fevereiro de 1868, sob o comando do capitão de mar e guerra João Eduardo

Wandenkolk, e compunha-se de 45 membros. A escola sofria prevenção no público e não despertava interesse na população.

Companhia de Aprendizizes Marinheiros.

Em 1884, contava com 58 menores. Sendo dois depositados, aguardando ordens superiores. Os aprendizes em sua pluralidade mostravam adiantamento na instrução primária, que lhes era dada por um professor suficientemente habilitado; e não menos na arte **propriamente** dita de marinheiro, isto é, com certos trabalhos feitos com cabos, bem como em cozer pano, e nos exercícios de remo, natação, preliminares de artilharia e algumas manobras de infantaria. O ensino da produção em geral ressentia-se contudo da falta de um pequeno navio, ou um quanto de um mastro convenientemente aparelhado.¹⁹

6.6. Liceu de Artes e Ofícios

Achava-se instalado, então, na rua do Imperador (Marechal Deodoro), n.º 5, tendo antes funcionado desde setembro de 1882 até 1.º de julho de 1885, no edifício da Escola Normal.

Nos relatórios, só aparece no governo do Presidente Domingos Antonio Raiol (1883-1884), que dizia que esta “instituição continuava a prestar relevantes serviços à Província, desenvolvendo largamente o ensino primário e profissional. O curso primário e o grupo de aulas relativo aos ofícios e artes funcionavam com a maior regularidade possível, sendo freqüentadas por mais de 500 alunos. Grande número de cidadãos tem ali aprendido as matérias da instrução primária e se habilitado para os exercícios dos ofícios e artes”. Em vista disso, o Presidente mandou entregar a respectiva diretoria um auxílio de quatro contos de réis pela verba da Instrução Pública, segundo p exemplo do antecessor.

¹⁹

Op. cit., p. 601.

Já em 1884, o relatório manifestava otimismo “conservava-se em prósperas condições continuando a difundir pelo povo a instrução primária e profissional. Seus benéficos efeitos já se faziam notar nas fábricas e oficinas, onde sobressaíam os artistas e operários que freqüentavam as aulas do Liceu.”²⁰

Em 1885, já contava com 617 alunos, sendo do sexo masculino 566 e feminino, 51. Possuía uma biblioteca com 3.388 volumes, além de grande número de jornais. A biblioteca era franqueada ao público todas as noites. Possuía um museu pedagógico para o ensino intuitivo. Era presidente da diretoria o dr. Francisco de Rangel Pestana e o estabelecimento de ensino às classes pobres sem distinção de crenças, sem fins de propaganda, somente por amor ao próximo, e pelo desejo de elevar o moral das classes trabalhadoras e aperfeiçoar a mentalidade popular. Tinha fraco apoio do povo e dos ricos, pelo que recebia subvenção dos cofres públicos.²¹

Tinha treze aulas (1888/1889) com 738 alunos, dos quais 468 brasileiros; a biblioteca subiu para 4.217 volumes. Impunha-se a mudança para prédio maior, onde pudesse melhor cumprir o seu programa popular.²²

6.7 Liceu Coração de Jesus, fundado em novembro de 1883, que funcionava regularmente sob a direção dos padres salesianos. Em agosto de 1885, iniciaram-se as aulas de catecismo e música vocal, com 80 alunos freqüentes; em julho de 1886, abriram-se as aulas do curso primário para alunos internos e externos.

As matérias ensinadas eram: português, aritmética, geografia, francês, italiano, desenho (geométrico e decorativo), caligrafia, declamação, música e religião. Os alunos internos dividiam-se por seis oficinas que eram de alfaiate, marceneiro, encadernador, dourador, sapateiro e pedreiro. Seriam criadas outras, como a oficina de tipografia. . Havia 26 alunos

internos e 54 externos, seus professores eram sete; o prédio depois de concluído receberá 160²³ alunos (p. 662). Em 1886, os alunos internos chegaram alcançar o número de 62, quase todos órfãos, enquanto os alunos externos subiam para 1235; e aos domingos e dias santificados as aulas de catecismo e música tinham a frequência de 400 alunos. Continuava as obras e quando terminadas o liceu poderia receber 100 oficiais e 350 estudantes, graças ao apoio oficial, as esmolas e compromissos, contraídos pela diretoria do Liceu.²⁴ Em 1888, funcionavam mais duas aulas primárias, a classe de música, com 43 instrumentos, começavam a trabalhar as oficinas de pintura e douração estava prestes a ser inaugurada a tipografia. O número de alunos era de 260 externos; procura-se aumentar os dormitórios de mais de 40 leitos, e o número de externos seria elevado a 380 alunos.

²⁰ Op. cit., p. 597.

²¹ Op. cit., p. 640.

²² Op. cit., p. 730.

²³ Op. cit., p. 662.

²⁴ Op. cit., p. 675-676.

6.8. Colégio Cross e a Escola Neutralidade Em 1887/1888, funcionavam também com resultados satisfatórios na capital paulista.

A Escola Neutralidade deixou no presidente Francisco de Paula Rodrigues Alves agradável impressão pelo sistema de ensino e prática das relações cordiais entre aluno e professor. No entender do presidente, as escolas deviam adotar tal sistema de ensino, pois despertava o amor pela instrução pública e as escolas oficiais poderiam erguer-se do abatimento em que se achavam.²⁵

O relator afirmava que a instituição apresentava sensível progresso e estava destinado a prestar grandes serviços, não só à cidade de S. Paulo, mas a toda a província.

Esses dois Liceus foram visitados pelo Imperador em novembro de 1886, e tão satisfeito se mostrou que fez donativo valioso.²⁶

6.9 Instituto Taubateano de Agricultura, Artes e Ofícios

Em Taubaté, instalara-se a 1^o de janeiro de 1888, freqüentado por alunos externos e internos. O curso era de instrução primária, catecismo, higiene, civilidade, ginástica, com duas oficinas, marcenaria e sapataria. Havia aula de música e vocal e instrumental. Era obrigatória a aula de horticultura e agricultura. O Liceu era mantido por uma associação de 480 pessoas pagando a mensalidade de 1\$000 réis. O Instituto devia 7:000\$000 réis gastos na instalação. O ensino agrícola fazia-se prática e diariamente, das 6 às 9 horas, em terrenos apropriados às diversas culturas.²⁷

6.10. Colégio São Miguel, fundado em 29 de setembro de 1885, pelo pároco, Pe. José Bento de Andrade, em Jacareí, contava com 35 alunos matriculados e sua situação era satisfatória.

7. Instituições escolares de ensino secundário

7.1. As chamadas aulas de Latim e Francês.

Havia ainda aulas de Latim e Francês em Santos, Guaratinguetá, Taubaté. Em 1843, havia 18 aulas de Latim e Francês na Província, com 268 alunos. Em 1861, chegavam a 33.

Em 1865, as aulas de latim eram sete, funcionando em Guaratinguetá, Sorocaba, Mogi das Cruzes, Pindamonhangaba, Santos, Taubaté e Itu. Em 1867, só funcionavam quatro, ou seja, as de Mogi das Cruzes, Santos, Sorocaba e Itu.²⁸

7. 2. Colégio São Luiz (Itu)

Funcionava em uma chácara espaçosa na extremidade oriental da cidade. O edifício era muito vasto e construído com salas e dormitórios de grandes proporções. De 1880 a 1884, funcionou com 400 alunos, cujos cursos seguiam aproximadamente o programa do Colégio Pedro II, ensinando-se, porém, separadamente o grego, italiano, alemão, física e música. Possuía uma biblioteca e um gabinete de física e química regularmente organizado.

²⁵ Op. cit., p. 706.

²⁶ Op. cit., p. 662-663.

²⁷ Op. cit., p. 730..

²⁸ Op. cit., p. 80-81.

7.3. Colégio Nossa Senhora do Patrocínio

Foi fundado em 1858 por Dom Antonio Joaquim de Melo, bispo de São Paulo e funcionava sem interrupção tendo tido sempre o número de alunos que o local podia acomodar, Em 1894, as pensionistas foram 176 e as órfãs 52. Tinha uma escola externa primária gratuita, freqüentada por 230 a 240 alunos.

8. Biblioteca publica (1884)

A falta de uma biblioteca pública nesta Capital onde pudessem encontrar meios para o cultivo do espírito, os que queriam²⁹ e precisavam se ilustrar, era realmente muito sensível. Não dispondo, em geral, os que estudavam, de recursos para terem à sua disposição e alcance livros relativos aos diferentes ramos dos conhecimentos humanos, era uma necessidade imprescindível abrir-lhes as portas, facilitando, quanto fosse possível, as aspirações dos que as queriam ilustrar.

9. Museu provincial

– Era sensível a falta de um museu público. Havendo porem um de caráter particular, regularmente organizado, e pertencente ao coronel Joaquim Sertório, onde existiam colecionados grande número de exemplares curiosos e de objetos raros dos diversos ramos da natureza, da maior e menor importância, pedia o presidente José Luis de Almeida Couto (1884-1885) aos membros da assembléia que o habilitassem, se achassem conveniente, como lhes parecia,³⁰ com os meios necessários para adquiri-lo, afim de ser convertido em museu provincial.

10. Em 1838, fundou-se a Fazenda Normal, Escola de Agricultura e o Gabinete Topográfico.

Em 1852, havia dois liceus: um em Taubaté e outro em Curitiba e uma Escola Normal de estudos pedagógicos.

Segundo a proposta de reforma de ensino de 1854/55, seriam tomadas em consideração estas idéias: 1) reduzir o ensino das escolas elementares à escrita, leitura, doutrina cristã e quatro primeiras operações; criar nas cidades e vilas populosas segundas

cadeiras, que dêem a uma parte da população instrução superior àquela e apropriada a todos os misteres da vida; 3) provocar desenvolvimento do ensino privado por um meio de vantagens oferecidas aos respectivos professores pelo excedente de um certo número de alunos e por outras vantagens de natureza diversa; 4) preferir o ensino público os que se tiverem dado anteriormente ao ensino privado e fazer desse a base daquele.

Existiam nesse ano 20 cadeiras de latim e francês, inclusive a do Liceu de Taubaté, que teria mais as de comércio, filosofia, geografia e história. Aquelas eram freqüentadas por 275 alunos. Em 1861, eram cinco as escolas particulares, incluindo o Seminário Episcopal, enquanto as escolas públicas atingiam o número de 138 com 7.241 alunos

²⁹ Op. cit., p. 608.

³⁰ Op. cit., p. 609.

Em 1868, o presidente Joaquim Saldanha Marinho propunha a reforma do ensino público primário, sob estas bases.

a) Diminuir razoavelmente o número de escolas; b) estabelecê-las nos lugares de maior população e em relação com o número de habitantes da província; c) facilitar a criação de escolas particulares, sujeitando-as a razoável fiscalização; d) criar inspeções retribuídas, tendo por sedes as vilas e cidades capitais dos municípios; e) estabelecer nova forma de concurso e só consentir exames para o professorado na Capital e em presença do presidente da província; f) melhorar os ordenados dos professores; g) garantir-lhes definitivamente o direito à jubilação; h) estabelecer a respectiva penalidade, desde a simples admoestação até a perda da cadeira, administrativamente; l) garanti-los contra os caprichos de interesses ocasionais, dando-lhes estabilidade. Quanto às cadeiras de instrução secundária o presidente era pela sua extinção, por entender que a Província só é obrigada a dar gratuitamente a instrução primária³¹”.

11. Seminário episcopal

Sua construção iniciou-se em setembro de 1953, com o bispo D. Antônio Joaquim de Melo, não sem rugas com o governo da Província de São Paulo e com uma parte do Clero, ao desinteressar-se do projeto elaborado por membros do Cabido da Sé, juntamente com integrantes da Assembléia Provincial.³² Chegou, porém, a um acordo com o Governo provincial com o sistema de inspeção em conjunto com o Bispo, para receber uma verba de 4:000\$000, a ser entregues parceladamente, para auxiliar o Seminário Episcopal, que poderia ocasionar conflitos entre a Diocese o Governo Provincial

Foi inaugurado em 9 de novembro de 1856 por Dom Antonio Joaquim de Melo tinha 62 alunos, tendo as aulas sido iniciadas em 29 de outubro, com bastante aproveitamento. A direção do Seminário foi confiada aos padres capuchinhos.

O fim essencial do Seminário era a educação da mocidade, destinada ao sacerdócio “in sacris et in moribus”. Mas recebia alunos que se preparavam em estudos secundários. Funcionavam as aulas de teologia moral e dogmática, catecismo raciocinado, filosofia, matemáticas, geografia, história, latim, francês, música e canto gregoriano. Nele também estudavam jovens que não aspiravam ao sacerdócio. Era dividido em seminário maior, destinado aos ordenandos, e seminário menor. Em 1861, o número de alunos se elevou a 220 alunos, distribuídos em sete cátedras. No currículo, apareciam, em 1864, também história eclesiástica, astronomia, física, retórica e inglês. O Governo provincial deu-lhe a subvenção de 3.412\$540 réis. Os alunos pagavam 24\$000 réis por mês, sendo 25 alunos gratuitos e 40 com abatimento, 15 pensionistas do vigário capitular, pagos pela caixa pia. O Governo imperial dava 10:000\$000 réis para honorários dos professores.

Em 1864, o número de alunos matriculados do Seminário chegava a 120. Em 1869, eram 140, dos quais 18 gratuitos. Tinha 14 professores, sendo 14 religiosos e dois padres seculares estrangeiros, um religioso e três padres brasileiros. Em 1877, eram 16 cadeiras com 71 alunos matriculados. O alto prestígio do Seminário fê-lo atingir em 1877 a 210 alunos, 22 dos quais eram grátis e 10 de meia pensão. Em 1883, 282; 1887, 300.

³¹ Op. cit., p. 400.

³² Augustin Wernet, A Igreja Paulistana, São Paulo, Editora Ática, 1987, p. 105-106. O bispo não aproveitou como docentes os padres ilustrados paulistas, por serem identificados com o catolicismo iluminista e regalista.

Pelo Aviso circular de 3 de novembro de 1877, de acordo com o decreto n. 3.073, o governo imperial determinou que fossem postas as cadeiras ainda não providas. Havia então 16 cadeiras.

No início do último quinto de século XIX, o ensino do seminário estava dividido em duas seções, uma das de curso superior e outra de preparatórios e ciências auxiliares. As aulas do curso superior compunham-se de teologia dogmática e moral, direito canônico, história eclesiástica, liturgia e canto-chão. As aulas preparatórias e ciências auxiliares constavam de filosofia, física, geografia, geometria, história sagrada e profana, geometria, retórica, latim, francês, inglês e português. O número de alunos elevava-se a 282, dos quais 21 educados gratuitamente e 12 pagavam meia pensão.

A Província subvencionava o Seminário por ser a melhor escola secundária do seu território e aceitava alunos não seminaristas. Até foi construída uma aula de Seminário para atender a esses alunos.

12. Colégio Nossa Senhora do Carmo

Estava em construção, sob a direção do padre João Filippo. O edifício receberia mais de 300 alunas.

CORPO DE EDUCANDOS ARTÍFICES DA PROVÍNCIA DE S. PAULO. – Era de 61 o número de educandos que aprendiam horticultura, primeiras letras, música, ginástica e ofícios de alfaiate e marceneiro.

13. Escola Normal.

Foi fundada em 1846 e, inicialmente freqüentada apenas por alunos do sexo masculino. As aulas eram dadas no edifício anexo à catedral antiga de São Paulo. Só em 1894, é que se estabeleceu no grande edifício, construído pelo famoso arquiteto Ramos de Azevedo. Em 1861, ministrava caligrafia, catecismo, aritmética e geometria, gramática portuguesa, lógica, gramática filosófica, metódica e pedagógica. O número de alunos variou muito, durante os anos. Sofreu muitas queixas. Em 1864, tinha funcionava com 16 alunos.

O presidente da Província, João Crispiniano Soares, apologista do sistema alemão, considerava as escolas normas primárias como base indispensável do ensino, delas esperando a perfeição da instrução e o futuro da educação popular, para o que era necessário elevar nos mestres à cultura intelectual e prepará-los numa austeridade moral indispensável ao exercício de funções nobres, mas laboriosas. Entendia que a Escola Normal deveria ser essencialmente prática, isto é, devia ensinar a arte difícil de dirigir os espíritos. Nisto consistiria a ciência prática da educação. Indispensável se tornava que os professores soubessem e fossem disciplinados. Nas escolas desta natureza, a direção é tudo, pelo que é exato o dizer-se: “O diretor é a escola”.

Até 1867, só formara 18 professores e por esse motivo, foi suprimida pela lei n. 16 de 1867. Não bastava que o professor fosse instruído; era necessário que ele tivesse habilitações

práticas para o magistério, afim de que empregasse em sua escola os meios mais profícuos à transmissão dos conhecimentos, acrescentando que não podia existir bom professor sem distintas virtudes pessoais e cívicas.

³³

Eugenio Egas, op. cit., p. 338.

“O mestre – dizia em seu relatório o presidente José Fernandes da Costa Pereira Júnior – que reúne à ciência dos livros a do ensino, vale muito; se a isto acresce a vocação, vale tudo. O ensino é a paciência organizada – gasta o mestre para aumentar o discípulo. Definha o que instrui, para que floresça e prospere a geração dos que recebem as lições da experiência e da virtude”.

A província não possuía instituições pedagógicas nem sistema de inspeção. Por toda a parte instalavam-se escolas e se todas produzissem resultado, poder-se-ia dizer que *as luzes tinham penetrado nos mais remotos povoados*. Infelizmente, não era assim. O presidente Francisco Xavier Pinto Lima (1872) julgava urgente a criação de um estabelecimento pedagógico onde os candidatos ao ensino não só se instruissem, como também aprendessem a transmitir os seus conhecimentos. Os professores eram pouco habilitados. As provas de exame imperfeitas, os examinadores condescendentes, os ordenados mesquinhos. Tudo contribuía para que a instrução pública da província ainda estivesse longe de corresponder às patrióticas vistas dos dirigentes.

Os moços capazes que procuravam o magistério nele não permaneciam, pois sempre pretendiam melhorar de posição, e, portanto, faziam do magistério um encargo provisório. Os que permaneciam na carreira não eram os melhores elementos para elevar o nível de tão importante ramo da administração. O futuro engrandecimento moral da província dependia de um bom serviço da instrução primária. Os professores eram pouco habilitados. As provas de exame imperfeitas, os examinadores condescendentes, os ordenados mesquinhos. Tudo contribuía para que a instrução pública da província ainda estivesse longe de corresponder às patrióticas vistas dos dirigentes.

Os moços capazes que procuravam o magistério nele não permaneciam, pois sempre pretendiam melhorar de posição, e, portanto, faziam do magistério um encargo provisório. Os que permaneciam na carreira não eram os melhores elementos para elevar o nível de tão importante ramo da administração. O futuro engrandecimento moral da província dependia de um bom serviço da instrução primária.³⁴

Para a Escola Normal, recriada por lei de 22 de fevereiro de 1874, foi estabelecido o regulamento de 9 de maio de 1874, em observância ao art. 16 da Lei no. 9 de março deste ano. Em seu curso de dois anos, eram ensinadas as disciplinas: português, francês, caligrafia, catecismo, aritmética, metodologia, pedagogia, geografia, história sagrada, universal e do Brasil. Tinha sido fechada por não ter a Assembléia decretado fundos necessários para seu funcionamento regular. Não tinha casa nem mobília, nem professores e sua frequência era insignificante. Achava-se também desprovida de quaisquer objetos escolares tais como mapas, cartas, globos e outros aparelhos.

No ano seguinte, já a Escola funcionava regularmente, havendo esperanças de vê-la produzir bons resultados. Já se começavam a sentir os efeitos para a reabilitação do professorado primário, tão desacreditado. Os seus diplomados estavam sendo colocados e dedicavam-se ao ensino com zelo e competência (p. 520). Os alunos mestres normalistas tinham ordenado de 1:500\$000 réis por ano, quando aprovado com a nota “plenamente” e 1:250\$000 quando com a nota “simplesmente”.

foi aberta no dia 2 de agosto de 1880, numa sala do edifício do Tesouro Nacional e com a matrícula par ambos os sexos de 61 professores. Nas aulas, anexas à Normal, matricularam-se nesse ano 147 alunos de ambos os sexos.

³⁴

Op; cit., p. 468.

O relatório do Presidente Laurindo Abelardo de Brito (11-02/1879 – 03/03/1881) traz a versão de que a Lei n. 130 de 25 de abril de 1880 autorizou a abertura da Escola Normal, numa sala do edifício do Tesouro Nacional, sendo promulgado o regulamento de 30 de junho do mesmo ano, começando a funcionar a mesma escola no dia 2 de agosto seguinte. Nomeou igualmente o Governo uma comissão composta dos drs. Américo Brasiliense de Almeida Mello, Herculano Marques Inglês de Souza, Vicente Mamede de Freitas, Godofredo José Furtado e do Inspetor Geral da Instrução Pública, encarregado de organizar um plano geral de reforma da Instrução Pública primária da Província, consolidando a Legislação e regulamentos de modo a abranger e regular todas as relações deste ramo de serviço público.

Iniciados os trabalhos da comissão, foram posteriormente interrompidos em consequência da enfermidade de um de seus membros e retirada de outro para fora da Província, mas, afinal, reunida de novo, fazendo parte dela o dr. Francisco Rangel Pestana, em substituição do dr. Inglês de Souza, concluiu os seus trabalhos, que foram apresentados à Assembléia no ano de 1882, por um dos membros, o referido dr. Rangel Pestana, sem que deles tomasse conhecimento a mesma Assembléia, ficando assim sem execução o art. 14 da Lei n. 130 de 25 de abril de 1880.

Verifica-se que a causa da diminuição dos alunos e alunas-mestras foi a supressão, pela Assembléia Legislativa Provincial do favor concedido aos professores que quisessem estudar na Escola Normal, segundo o art. 8^o § 14 de Lei n. 9 de 27 de março de 1874, e rt. 7^o da Lei n. 130 de 5 de abril de 1880, revogadas nesta parte pelo art. 44 da Lei n. 86-A de 25 de junho de 1881 o que os impossibilitou de manterem-se na Capital durante os 3 anos do curso normal sem a recepção do respectivo ordenado. Tendo sido posta em concurso a cadeira de gramática e língua nacional, só compareceu, entre os quatro concorrentes inscritos, o bacharel Antonio da Silva Jardim, que, aprovado plenamente, foi provido na referida cadeira por Ato de 26 de abril próximo passado. Posta igualmente em concurso a cadeira do sexo masculino, anexa à mesma Escola, efetuaram-se exames, no dia 28 de novembro, concorrendo a eles três opositores, um dos quais o professor interino da mencionada cadeira Geraldo da Silva Campinas, o qual, sendo aprovado, definitivamente por Ato de 14 de dezembro³⁵.

Aulas anexas à Escola Normal. – Achavam-se matriculadas na do sexo feminino 131 alunas, sendo a frequência média de 70; e na do sexo masculino 80, sendo a frequência médio 58.

No seu relatório, o presidente Francisco de Carvalho Soares Brandão (01/04/1882 – 04/04.1884) confessava o estado de serviço da instrução publica muito aquém do progresso material da província julgava urgente o melhoramento do pessoal docente em suas condições intelectuais, morais e salariais (estes últimos inferiores aos dos empregados de outros serviços). Por isso convinha dotar a província com Escola Normal em condições de preparar professorado verdadeiramente habilitado para completar as reformas, que fossem feitas nas matérias e métodos de ensino.

O presidente João Alfredo Corrêa de Oliveira (19/0/ a 26/04/ 1886, propôs reformas que, no eu entender, eram indispensáveis, entres as quais a separação de sexos por aulas, o ensino religioso ministrado por sacerdotes e o de pedagogia por professor diferente e especialista no assunto, revisão das matérias ensinadas, a criação de aulas de ginástica e de exercícios militares, trabalhos manuais e canto; ampliação do estudo de português com elementos de literatura portuguesa e brasileira; o ensino de noções das ciências naturais, da psicologia moral, instrução moral e cívica e noções de economia política; o ensino em três anos, durante os quais todas as matérias do curso seriam estudadas com desenvolvimento lógico e oportuno; deveriam ser criadas escolas anexas, que servissem de tipo para as escolas públicas primárias em toda a província, e nomeados substitutos para as diversas seções, podendo esses acumular

os cargos de secretário, bibliotecário e preparador.

³⁵

Op. cit., p. 582-583.

Eram seis cadeiras do curso normal. O presidente propugnava pela criação de professores adjuntos que, quando não substituíssem, auxiliassem os catedráticos. As escolas anexas seriam regidas por alunos do último ano convindo interessá-los na disciplina e na instrução, dando-se-lhes ainda assento no conselho escolar.

Para acentuar o caráter profissional da Escola Normal não deveriam ser admitidos exames vagos nem aceitas as aprovações obtidas em outros estabelecimentos de ensino.

Era também necessário acabar com o sistema de se constituírem mesas de exame com pessoal estranho à escola. O inspetor geral da instrução pública da província de S. Paulo era o ^o Artur César Guimarães. Para matrícula 1^o ano da Escola Normal em 1886, inscreveram-se 110 estudantes, dos quais 5 deixaram de comparecer. A biblioteca contava 505 obras com 1.015 volumes. Em 1886 completaram o 3^o ano e portanto receberam diploma 16 alunos e 15 ³⁶alunas.

A Escola Normal passara por nova reforma tendo sido nomeado seu diretor por ato de 27 de agosto de 1887, o cônego Manoel Vicente da Silva.

Achavam-se matriculados 441 alunos de ambos os sexos, repartidos pelos três anos do curso.

A biblioteca contava 1.559 volumes. Não se encontrou pessoa habilitada para professor de desenho e caligrafia das aulas do sexo feminino, que quisesse aceitar a cadeira.

Professores do Curso Superior da Escola

<i>Cad.</i>	<i>Matérias</i>	
Dr. Carlos Reis	1 ^a	Gram. E ling. portuguesa
Dr. Godofredo José Furtado....	2 ^a	Aritm. e geometria
Dr. José E. de Sá e Benevides	3 ^a	Hist. E geografia
Padre Camillo Passalacqua	4 ^a	Pedagogia e metod.
Dr. Cipriano J. de Carvalho	5 ^a	Física e Química
Dr. Carlos M. T. Lessa	6 ^a	Gramática e ling. francesa
Dr. Thomaz A R. Lima	7 ^a	Desenho e caligrafia

Secretário: Dor Jose de Sá e Benevides

Bibliotecário; Dr. Carlos Reis

Professores das aulas anexas: professora d. Catharina A Alvim; adjunta, d. B. M. da Conceição; adjunto, Antonio M. de S. Aymboré.

Preparador interno: João Pinheiro da Silva.

Porteiro e contínuos; porteiro, João Custódio da Silva; contínuos: Justiniano M. Taques e José Guilherme da Costa.

O ordenado do professor normalista era de 900\$000 réis por ano. Os normalistas, porém, que prestassem exame das matérias acrescidas ao programa, em virtude da reforma de abril de 1887, executada pelo regulamento de 22 de agosto do mesmo ano, teriam o ordenado anual de 1:200\$000 réis que, em dadas circunstâncias, poderia ser de 1:500\$000 réis. O presidente Francisco de Paula Rodrigues Alves (futuro presidente republicano do País) sustentava que só da escola normal poderia sair pessoal idôneo para preenchimento das escolas.

³⁶

Op. cit., p. 639.

Ao apagar das luzes do regime monárquico, – A Escola Normal, ENSINO MAGISTRAL. era das mais importantes casas de educação e ensino da província. Destinava-se a formar e preparar professores primários.

O presidente pedia a reorganização da Escola com o seguinte programa:

- a) Instrução moral e religiosa; que o atual diretor propõe seja separada da cadeira de pedagogia;
- b) Língua e literatura nacional e estilística;
- c) Matemáticas elementares e escrituração e escrituração mercantil;
- d) Línguas francesa e italiana;
- e) Geografia geral e especial do Brasil e da Província; uranografia e noções de mecânica;
- f) História universal, particular do Brasil e da Província, até nossos dias;
- g) Noções de lógica, dinamologia e criteriologia, de filosofia do direito, da economia social e doméstica, de direito constitucional e administrativo brasileiro;
- h) Elementos de ciências físico-químicas e biológicas e suas aplicações à higiene e à agricultura e às artes;
- i) Pedagogia, metodologia e didática;
- j) Caligrafia e desenho;
- k) Música vocal;
- l) Ginástica;
- m) Trabalhos manuais;
- n) Prendas domésticas.

Existiam 308 alunos matriculados nos três anos do curso, sendo 136 do sexo feminino. Em consequência de processo regular, e por faltas graves, foi demitido o professor Carlos Marcondes de Toledo Lessa. Tornava-se inadiável a construção de um prédio especial para a Escola Normal.³⁷ A Escola Normal passara por nova reforma tendo sido nomeado seu diretor por ato de 27 de agosto de 1887, o cônego Manoel Vicente da Silva.

Achavam-se matriculados 441 alunos de ambos os sexos, repartidos pelos três anos do curso.

A biblioteca contava 1.559 volumes. Não se encontrou pessoa habilitada para professor de desenho e caligrafia das aulas do sexo feminino, que quisesse aceitar a cadeira.

Professores do Curso Superior da Escola

<i>Cad.</i>	<i>Matérias</i>	
Dr. Carlos Reis	1 ^a	Gram. E ling. portuguesa
Dr. Godofredo José Furtado...	2 ^a	Aritm. e geometria
Dr. José E. de Sá e Benevides	3 ^a	Hist. E geografia
Padre Camillo Passalacqua	4 ^a	Pedagogia e metod.
Dr. Cipriano J. de Carvalho	5 ^a	Física e Química
Dr. Carlos M. T. Lessa	6 ^a	Gramática e ling. francesa
Dr. Thomaz A R. Lima	7 ^a	Desenho e caligrafia

Secretário: Dor Jose de Sá e Benevides

³⁷ Op. cit., p. 731.

Bibliotecário: Dr. Carlos Reis

Professores das aulas anexas: professora d. Catharina A Alvim; adjunta, d. B. M. da Conceição; adjunto, Antonio M. de S. Aymboré.

Preparador interno: João Pinheiro da Silva.

Porteiro e contínuos; porteiro, João Custódio da Silva; contínuos: Justiniano M. Taques e José Guilherme da Costa.

O ordenado do professor normalista era de 900\$000 réis por ano. Os normalistas, porém, que

prestassem exame das matérias acrescidas ao programa, em virtude da reforma de abril de 1887, executada pelo regulamento de 22 de agosto do mesmo ano, teriam o ordenado anual de 1:200\$000 réis que, em dadas circunstâncias, poderia ser de 1:500\$000 réis. O presidente Francisco de Paula Rodrigues Alves (futuro presidente republicano do País) sustentava que só da escola normal poderia sair pessoal idôneo para preenchimento das escolas.

Ao apagar das luzes do regime monárquico, – A Escola Normal, ENSINO MAGISTRAL, era das mais importantes casas de educação e ensino da província. Destinava-se a formar e preparar professores primários.

O presidente pedia a reorganização da Escola com o seguinte programa:

- o) Instrução moral e religiosa; que o atual diretor propõe seja separada da cadeira de pedagogia;
- p) Língua e literatura nacional e estilística;
- q) Matemáticas elementares e escrituração e escrituração mercantil;
- r) Linguas francesa e italiana;
- s) Geografia geral e especial do Brasil e da Província; uranografia e noções de mecânica;
- t) História universal, particular do Brasil e da Província, até nossos dias;
- u) Noções de lógica, dinamologia e criteriologia, de filosofia do direito, da economia social e doméstica, de direito constitucional e administrativo brasileiro;
- v) Elementos de ciências físico-químicas e biológicas e suas aplicações à higiene e à agricultura e às artes;
- w) Pedagogia, metodologia e didática;
- x) Caligrafia e desenho;
- y) Música vocal;
- z) Ginástica;
- aa) Trabalhos manuais;
- bb) Prendas domésticas.

Existiam 308 alunos matriculados nos três anos do curso, sendo 136 do sexo feminino. Em consequência de processo regular, e por faltas graves, foi demitido o professor Carlos Marcondes de Toledo Lessa. Tornava-se inadiável a construção de um prédio especial para a Escola Normal.³⁸

14. Queixas contra professores de escolas públicas (1838).

Os relatórios estão quase sempre recheados de lamentações e críticas ao ensino público, considerado ainda deficiente em sua qualidade. Sobressaem as seguintes:

³⁸ Ib.

- a) Fiscalização deficiente e parcial das Câmaras Municipais, o que facilitava a impunidade;
- b) Salários insuficientes;
- c) Falta de uma escola de formação de diretores e professores habilitados.
- d) Falta de um diretor geral que organizasse os programas e escolhesse os compêndios escolares.
- e) Gratificação aos candidatos à escola normal.
- f) Prédios próprios e objetos para a escola.
- g) Instituição de medidas para uniformizar, aperfeiçoar e fiscalizar o ensino.
- h) Fornecimento de instalações adequadas para o funcionamento dos Seminários de educandos (as).
- i) Possibilidade de remeter os jovens concluintes dos Seminários de Educandos para a Escola de Marinheiros ou na Fábrica de Ferro Ipanema para indenizar o Governo das despesas por eles feitas.
- j) Verba orçamentária para dote (400\$000 réis) das educandas que se casassem.

K) Proibição de provimento vitalício de professores não diplomados pelo Método Lancaster.

l) Supressão da fiscalização exercida por corpos coletivos e passagem para inspetores singulares que visitassem as escolas e dessem suas informações ao Governo

m) Melhoria do ordenado e outros benefícios votados em bem dos professores que sem dúvida contribuíram para erguer a instrução pública da decadência em que estava. Só no Relatório do Presidente da Província Manoel Felizardo de Souza e Mello (28 de novembro de 1943 a 22 de abril de 1944) é que aparecem os ordenados dos professores das aulas de Latim e de Francês que variavam de 300\$000 a 400\$000 réis por

³⁹

ano, julgados escassos pelo próprio presidente, que certamente não era atrativo nem estimulante.

n) Aumentavam reclamações contra a negligência dos professores e mal preparados ou sem preparação.

o) falta de fiscalização, reduzida frequência e outros males como falta de prédios e objetos escolares

p) alta evasão

q) província gravado quase inutilmente com a despesa relativa à instrução primária..

⁴⁰

Dados estatísticos da situação do ensino

³⁹ Op. cit., p. 116, 139, 149.

⁴⁰ Op. cit., p. 63.

Ano	N ^o	Alunos Masc.	Alunos Femin	Latim Franc	Pro-fes	Total Alunos	Esc. Nor.	População	Ordenado/ano	Alunos
1938	42 p			5 (10)		1734				
1939	75			5 (41al.)		2043				
1940	40					2226				
1941	52					2385				
1842	65					2919				
1844	75			7 p 128 al.		2378				
1848	150									
1851	101 prov	2452	853	17 pr			15			
1852	169			10 pr (24)	174	5677		333.000 (1/57)		
1854	153 pr	4000	1283			5283	21			
1855	159 93 (69m)	4298	1351							1475 351fem
1856								541.028 254299li 196876es 89.853st		
1857	176		1320	24pr 126al.		5690				

1858	190 105pa			31 54pa	194 138pa	8360				5.847 1928pa 243sep 342sepa
1859	197	4873	1971			6.844				
1861	145m 88 f	4093	1860	11 179al.			17			
1864	132m 91 f 180pa	3697pu 1863pa 1244pal	1801pu 582			7.304 5.336 freqtes				
1865	246 181pa			7		6.468 5.781pa	16			

1883	829 (867 cadeiras)					14.815 9.232m 5583 f				
------	--------------------	--	--	--	--	----------------------------	--	--	--	--

A evasão superava os 10%

15. Rendas e despesas provinciais

Exercícios	Rendas	Despesas
1835-1836		156:440\$000
1840-1841		241:416\$000
1845-1846		251:969\$000
1850-1853		283:166\$000
1855-1856		468-846\$000
1860-1861		670:165\$000
1865-1866	1.970:991\$317	1.417:951\$348
1866-1867	1.846:450\$859	1.290:054\$250
1867-1868	1.593:852\$929	1.622:191\$313
1868-1869	2.025:086\$693 (2.203.389\$644)	1.577:675\$360 (1.913:178\$000)
1869-1870	1.605:103\$861	1.462:546\$306
1870-1871	1.420:097\$645 (3.933:793\$373 (Rec.geral)	1.225:132\$664 (3.636:595\$555)
1872-1873	1.673:958\$000	
1873-1874	2.828:990\$933	
1874-1875	2.488:298\$553	
1876-1877	2.670:712\$661	2.079:309\$658
1877-1878	3.326:446\$692	
1879-1880	3.732:371\$176	

1880-1881	8.169:145\$314 Tesouraria da Província	
1881-1882	4.014:688\$381	3.774:679\$546
1882-1883	4.014:688\$381	3.744.679\$546
1883-1884	8.801:725\$912 Tesouraria da Província	
1884-1885	3.243:000\$000	
1885-1886	3.802:109\$858 Finanças-arrecadação	4.480:729\$721 Finanças
1886-1887	14.469:195\$431 (Tesouraria: receita) 5.700:742\$620 (Finanças:renda provincial)	5.461:742\$189 (Finanças)
1886-1888	Receita prevista: 4.149:000\$000	Despesa prevista: 4.089:313\$200
1888-1889	4.591:680\$000 (Finanças: receita prevista: insuficiente)	4.075998\$249 (Despesas previstas: estouradas)
1889 (11/02)	9.511:008\$556 (empréstimo externo: 187.500 libras esterlinas, de Louis Cohen & Sons a 5%)	
1900	42.651:253\$000	

Há diferenças entre as contas da Tesouraria da Província batiam com o estado das Finanças provinciais.